



Os “Braços” da Política e o Edifício “Humano” do Cinema: Perspectivas de um Estudo sobre a Fundação do Cine Teatro Coronel Ribeiro (1944) em Montes Claros/MG e a Trajetória Política do Coronel Philomeno Ribeiro

Jaílson Dias Carvalho¹

Resumo: O conceito de representação favorece o entendimento das tramas sociais que possibilitaram a consolidação do circuito exibidor de Montes Claros/MG, em especial a fundação do Cine Teatro Coronel Ribeiro (1944), visto que nos permite avaliar a dominação simbólica exercida e propugnada pelos grupos e atores sociais da cidade. No processo de fundação daquele cinema verificou-se que a sala exibidora inaugurada pelo Coronel Philomeno Ribeiro veio ao encontro de determinado anseio de alguns colaboradores do jornal Gazeta do Norte e de determinados estratos sociais do município, qual seja: a construção de um cinema no centro da cidade. Por outro lado, a motivação para a construção do Cine Teatro Coronel Ribeiro revelou traços coronelísticos daquele político. Assim, o poder econômico, a construção dos melhoramentos urbanos com o objetivo de conservar a liderança, a neutralização das resistências dos opositores, e a continuidade do mando político na cidade fizeram parte da estrutura coronelística, na qual o Cel. Philomeno Ribeiro teve um importante papel, e este fato incentivou a fundação do Cine Coronel, aliado a que o cinema era uma indústria lucrativa, e a exibição de filmes, no Brasil, oferecia grandes oportunidades aos exibidores de fitas importadas naquele período.

Palavras-Chave: Representação, Coronelismo, Cine Teatro Coronel Ribeiro, Montes Claros/MG

The “Branches” of Politics and the “Human” Screening Room: Perspectives of a Study about the Foundation of Cine Teatro Coronel Ribeiro (1944) in Montes Claros/MG and the Landowner Coronel Philomeno Ribeiro’s Political Journey

Abstract: The concept of representation helps understand the social relationships that consolidated the cinema circuit of Montes Claros/MG. The foundation of the Cine Teatro Coronel Ribeiro (1944) allows us to evaluate the symbolic domination exerted and defended by social groups and actors of the city. When this cinema was founded by Coronel Philomeno Ribeiro, the downtown location of the screening room reflected the wishes of some collaborators of the Gazeta do Norte newspaper and some social ranks of the city. Although Coronel Ribeiro played an important role in the foundation of Cine Ribeiro, the construction of the cinema revealed the landowner’s political intentions, namely: economic power, urban improvements in order to preserve his leadership, neutralization of the opposition and maintenance of his mandate. The Brazilian film industry was very profitable at that time, and screening imported movies offered great opportunities of succeeding.

Keywords: Representation, Coronelism, Cine Theater Coronel Ribeiro, Montes Claros/MG

¹ Doutor e mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI/UFU). Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professor de História da Rede Estadual de Ensino de Uberlândia. Email: carvalho_jailson@yahoo.com.br.



Introdução

Ao adentrar a década de 1930, a adesão de expressivo número de moradores do município de Montes Claros ao novo divertimento – o cinema – tornou-se incontestável. Nesse momento, duas salas de cinema foram responsáveis por aglutinar os espectadores em seus salões de exposições, o Cine Teatro Montes Claros e o Cine Metrópole. Porém, o número de poltronas das salas de espetáculos não foi suficiente para abrigar a multidão de espectadores que para elas afluíram. Um fenômeno da assimilação do cinema na cidade verificou-se à época: a popularização da frequência nas salas exibidoras. A forma como tal processo se consolidou constitui objetivo deste artigo.

Nesse contexto, as salas de cinema construídas até aquele momento não representaram, à luz de determinados segmentos culturais, um índice de identificação tanto para si mesmos quanto para averiguar o grau de desenvolvimento econômico do município. Dessa forma, torna-se imprescindível o exame da representação de progresso, movimentada pelos diferentes atores sociais do município, e verificar qual a sua relação com o cinema.

O conceito de representação favorece o entendimento das tramas sociais que possibilitaram a consolidação do circuito exibidor de Montes Claros, visto que nos permite avaliar a dominação simbólica exercida e propugnada pelos grupos e atores sociais da cidade.

Representação e Cinema

O nosso foco, tendo em vista averiguar essas tramas, recaiu sobre os jornais que circularam na cidade. Neles, foram publicadas notas, artigos e crônicas cujo teor era o cinema e as salas exibidoras recém-inauguradas ao longo dos anos. Contudo, ao abordar os jornais e os discursos neles veiculados, determinadas precauções se impõem. Os discursos nos jornais, proferidos pelos diferentes atores sociais e culturais, podem ser interpretados à luz do conceito de representação, no sentido atribuído a este termo por Roger Chartier (1990, p. 13-28; 1991, p. 173-191), pois, ao tratar sobre as salas de cinema, procuraram informar aos seus leitores como deveria ser o comportamento dentro delas e no espaço urbano da cidade; sugeriram a delimitação do público das salas de projeção e a segmentação no seu interior; e, por fim, valeram-se do cinema para fundamentar o índice de progresso de cidade.

O ponto de partida para se entender o conceito de representação, de acordo com Roger Chartier, advém da necessidade de se determinar a maneira pela qual uma realidade



social é construída, pensada, dada a ler, mediante vários registros, pelos atores sociais. As representações, para esse autor, são classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do real. As representações dependem das disposições dos grupos, das classes sociais e/ou dos meios intelectuais e são variáveis e partilhadas. Esses esquemas intelectuais incorporados é que criam as figuras que permitem ao presente adquirir sentido, o outro torne inteligível e o espaço possa ser decifrado. As representações do mundo social, portanto, aspiram à universalidade, porém são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam, e, conforme propõe Chartier (1991, p. 17), “há um necessário relacionamento dos discursos proferidos com as posições daqueles que os utiliza”.

Desse modo, as representações podem ser entendidas como discursos que não são neutros: “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1991, p. 17). Elas se colocam no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações, busca-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social. Dessa forma, a noção de representação sinaliza para dois sentidos aparentemente contraditórios, que congregam: “a representação faz ver uma ausência é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 1991, p. 173-191).

O conceito de representação torna-se pertinente, por exemplo, para entender que, por meio dos discursos veiculados nos jornais, além do cinema e das inaugurações das salas, juntamente com as reformas e as instalações de aparelhos modernos de projeção, a representação de progresso – a cidade reconhecida como “moderna”, “rica”, “cultura”, “civilizada” – em Montes Claros operacionalizou-se e tornou-se ativa. Contudo o crédito concedido à representação pelos indivíduos ou grupos – por exemplo, as salas como fundamento do índice de progresso econômico da cidade – implicou acomodações, conflitos, resultantes das características das próprias salas ou daqueles que as frequentavam.

Nosso objetivo é averiguar os discursos de progresso veiculados pela imprensa montes-clarense (Gazeta do Norte), procurando entender qual o lugar ocupava o progresso e o cinema em tais discursos e como estes dois termos se articulavam. O painel daí resultante permitirá localizar a inauguração do Cine Teatro Coronel Ribeiro e o papel do coronel



Philomeno Ribeiro naquele processo. Assim, o contexto de popularização do hábito de frequentar o cinema fornece o painel conveniente para perceber a movimentação da representação de progresso pelos atores sociais e culturais da cidade.

Antecedentes da Inauguração do Cine Theatro Coronel Ribeiro: A Popularização das Salas de Cinema

A popularização da presença dos espectadores nos cinemas chamou a atenção da firma Viúva Paculdino & Filhos para a necessidade de uma nova sala exibidora na cidade. Em agosto de 1943, o jornal *Gazeta do Norte* publicou a notícia do início da construção do Cine Ipiranga, e de que o nome do cinema estava previamente escolhido, igualmente, o local – a rua Mello Vianna no bairro Morrinho – e o público para o qual se destinava esta sala exibidora. Este cinema deveria atender aos frequentadores da parte sul da cidade que afluíam aos “cinemas centrais” da empresa (*Gazeta do Norte*, n. 1413, 29 de agosto de 1943, p. 4). O surgimento do Cine Ipiranga suscitou, junto ao jornal *Gazeta do Norte*, um debate inicial sobre as condições das salas de cinema da cidade e se prolongou após o surgimento do Cine Cel. Ribeiro, com repercussões que foram além da inauguração das salas e diziam respeito à maneira pela qual a elite cultural e política da cidade se relacionava com os segmentos populares.

O local escolhido para a construção do Cine Ipiranga, a rua Mello Vianna, era o bairro Morrinho, que, de fato, havia se tornado um bairro populoso, sobretudo em decorrência da estação ferroviária. Em 1934, o censo municipal da cidade apontava o bairro Bonfim – posteriormente, chamado de Morrinho – como o mais populoso, com um total de 273 casas edificadas e uma população de 1.102 almas. A rua Dr. Veloso aparecia como a primeira rua mais populosa da parte central do município, com 100 edificações e uma população de 662 pessoas². A rua Mello Vianna e o bairro Bonfim são retratados, no censo municipal da prefeitura, como a “parte sub-urbana da cidade de Montes Claros³”. A partir do estudo de Simone Narciso Lessa, que trata, dentre outras coisas, sobre a instalação da estação ferroviária na cidade, podemos afirmar que o terminal ferroviário estendeu a área do subúrbio ao longo

² APMC. 41.01.06/000.001. Recenseamento da área urbana e suburbana da cidade de Montes Claros em maio de 1934. [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados do DPDOR-UNIMONTES]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros.

³ Optamos por preservar a grafia da época na qual os documentos, crônicas e artigos foram escritos.



das vias férreas que o circundavam (LESSA, 1993, p. 98). O reconhecimento do bairro como subúrbio é significativo, visto o modo pelo qual aquela região foi representada nos documentos oficiais, e este fato dificultou o acesso dos moradores aos equipamentos urbanos, como a instalação da energia elétrica e a urbanização daquela parte da cidade⁴.

Após a publicação da notícia da construção do Cine Ipiranga, o *Gazeta do Norte* divulgou uma carta assinada por O. N., que afirmava ser um leitor do jornal. O. N. constatou que os montes-clarenses tinham uma grande paixão pelo cinema, contudo a exiguidade e deficiência das casas de espetáculos da cidade precisavam ser solucionadas. Notava-se uma corrida dos moradores para as sessões de cinema, e as duas salas não eram suficientes para acolher a “multidão” que para ali acorria. De acordo com O. N., o desconforto não era menor somente para aqueles que não conseguiram um lugar; os empurrões, os atropelos, e a ginástica daqueles que esperavam no interior do salão de exibição demonstravam a:

Inadiável necessidade da construção – não de um pequeno cinema de arrabalde – mas de uma ampla, confortável e moderna casa de diversões no centro da cidade que, dia a dia se firma no conceito de uma das mais progressistas e ricas da terra mineira (GAZETA DO NORTE, n. 1414, 02 de setembro de 1943, p. 1).

A referência de que a cidade “se firma no conceito de uma das mais progressistas e ricas da terra mineira” pode ser interpretada como uma representação que enxergava, no desenvolvimento econômico da cidade, o motivo para a construção de uma ampla e moderna casa de diversões. No entanto, apesar de esse desenvolvimento ser tão apregoado, não proporcionou a resolução do problema da ampliação da rede de energia elétrica da cidade. O discurso do jornal apresentava uma cidade “progressista” e “rica”; a prática, porém, expunha que acesso aos equipamentos urbanos era restrito aos moradores do centro⁵.

⁴ O contrato de iluminação pública da cidade de Montes Claros, por exemplo, definiu o centro da cidade como sendo a sua prioridade, e não soaria estranho que a construção de um cinema no bairro Morrinho ou Bonfim causasse tamanha polêmica junto ao jornal *Gazeta do Norte*, e suscitasse o debate sobre as condições das salas exibidoras do município.

⁵ A carta enviada pelo leitor O. N. ao periódico *Gazeta do Norte* é significativa, também, do modo pelo qual determinado segmento cultural compreendia o cinema. O sentido atribuído ao cinema por este grupo revela que existia uma paixão por ele, impossibilitada devido à exiguidade e deficiência das salas. As salas não proporcionavam conforto, logo, deveria ser construída uma ampla e confortável casa de diversões no “centro da cidade” e não no bairro Morrinho com o Cine Ipiranga, “um pequeno cinema de arrabalde”. Para o leitor do *Gazeta do Norte*, a construção de uma ampla sala primava-se pela urgência, pois era um “problema da vida social” da cidade. O “premente problema da vida social da cidade” se relacionava diretamente com a constatação de uma crônica da “Vida social” do jornal *Montes Claros*, datada de 1919, segundo a qual, o cinema no município teria um destino “elevado e nobre” de concorrer para o “congraçamento da vida social” da cidade (MONTES CLAROS, n. 43, 08 de março de 1919, p. 3).



Parece acertado que a condição atribuída ao cinema – deve ter um destino “elevado e nobre” –, concomitante a um desejo de distinção (que será apresentado mais adiante), permite explicar as críticas sobre as deficiências das salas exibidoras da cidade. Interessante assinalar que a empresa Viúva Paculdino & Filhos respondeu ao leitor O. N. as críticas advindas a ela em duas oportunidades (GAZETA DO NORTE, n. 1415, 05 de setembro de 1943, p. 1)⁶.

Nota-se nas duas cartas uma sutileza ao tratar sobre a presença do público e as deficiências nas salas de cinema da cidade. Em 1948, o debate sobre as condições das salas e a frequência do público guardou outro tom. Nessa data, o Cine Ipiranga e o Cine Cel. Ribeiro estavam em funcionamento; ambos são de 1944. Uriel Santiago, colaborador do jornal Gazeta do Norte, redigiu uma crônica, em 1948, intitulada de “Cinema, doce martírio...”. Nela, categórico, assegurou que havia determinados aspectos dos cinemas locais que constroem e recomendavam “pessimamente” os seus recintos: a “falta de seleção dos frequentadores, mesmo nas sessões domingueiras”. A falta de seleção dos espectadores tornou-se mais clara a partir do seu relato sobre um ocorrido numa das salas de espetáculos da cidade:

Há dias, uma senhora, ricamente trajada, veio o lugar a seu lado, ocupado por um ajudante de caminhão, maltrapilho e sujo de óleo e o que é pior, com um odor nauseabundo e insuportável. Não podendo mudar de lugar, pois o cinema estava cheio, teve de retirar-se ao começar a sessão. Em matéria de mau cheiro então, são uma lastima os cinemas em certos dias. Quando não vem das privadas laterais, como se verifica em um deles, verdadeiros focos a desafiar a complacência da Saúde Pública, emanam dos pés de alguns frequentadores pouco asseados, martirizando a plateia até o fim do espetáculo (GAZETA DO NORTE, n. 1115, 26 de setembro de 1948, p. 1).

O cronista constatava, nestes trechos, que, nos cinemas da cidade, deveria haver uma maior segmentação, pois a falta de seleção dos espectadores os recomendava “pessimamente”. O seu relato de um fato ocorrido numa das salas indica a quem se dirigia com as críticas: o seu público leitor “ricamente trajado”, que não suportava conviver com os diferentes estratos

⁶ Temos, nas cartas da empresa Viúva Paculdino & Filhos e do leitor O. N., duas posições diferenciadas a respeito da construção de um cinema na cidade e, conseqüentemente, do público ao qual se destinavam as salas. A empresa desejava segmentar o público. No cinema de bairro, o Cine Ipiranga, um autêntico “cinema popular”, os espectadores seriam constituídos pelos moradores da parte sul da cidade, ou seja, pelo proletariado, na atribuição da empresa, ou operariado. O leitor O. N. tinha um ponto de vista diferente, que segmentaria o público da mesma maneira. A construção de um cinema na cidade deveria levar em conta os diversos espectadores que afluíam ao cinema; todavia, uma casa de diversões digna desse nome deveria ser ampla, confortável e moderna e edificada no centro da cidade, logo, o público dos bairros longínquos não a frequentaria, se levarmos em conta que o argumento para a construção do Cine Ipiranga era a afluência desses moradores aos cinemas centrais da empresa.



sociais que emergiam em decorrência do crescente processo de urbanização que se observava na cidade. Denota, também, que o costume dos moradores deveria mudar, pois, para frequentar o cinema, o espectador precisava se vestir bem, e cuidar do seu asseio, que tanto poderia significar os cuidados com a higiene pessoal quanto o alinho e a elegância.

O que se observa, na fala do cronista Uriel Santiago, são os traços da representação travada em torno, ou seja, nas crônicas e documentos oficiais, e dentro das salas de cinema da cidade, que dependeram, por outro lado, do crédito concedido a ela e que permitiam avaliar o ser-percebido que um indivíduo ou grupo construiu e propôs para si e para os outros. De acordo com Pierre Bourdieu (2008):

[...] a **representação** que os indivíduos e os grupos exibem **inevitavelmente** através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu **ser-percebido** quanto por seu **ser**, por seu consumo – que não tem necessidade ser **ostensivo** para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta posição comanda aquele consumo) (BOURDIEU, 2008, p. 447, grifos originais).

Depreende-se que o crédito concedido à representação pelo segmento mais abastado da cidade não facultou que esse agrupamento se identificasse no interior e com as salas de cinemas construídas na cidade, ou, dito de outra forma, as salas não lhe convieram como espaço de identificação e de distinção. O caminho foi indicado. As salas deveriam representar o ritmo do progresso econômico da cidade; porém, novos atores sociais, imprevistos, “maltrapilhos”, “sujos de óleo”, irromperam dentro delas, denotando que requeriam visibilidade, o seu lugar na história ou, melhor, queriam simplesmente assistir à fita de cinema até o fim do espetáculo.

Em Montes Claros, a construção do Cine Ipiranga destinava-se a um público específico. Notou-se, igualmente, que os espaços públicos, como a praça da Matriz, recebia a manifestação de grupos carnavalescos ou festas religiosas, sendo que determinadas festividades transcorridas naquele lugar não se concretizavam sem que o ambiente urbano, como o coreto e suas imediações, fossem reservados para as “famílias” e os “diversos jovens e cavalheiros da elite social” da cidade (GAZETA DO NORTE, n. 83, 7 de fevereiro de 1920, p. 1)⁷.

⁷ Importa observar, ainda, que o Cine Ipiranga foi inaugurado em 15 de agosto de 1944; comportava mais de 500 espectadores e exibiu, na sua estreia, complementos e jornais de atualidades e o longa “Desfile triunfal” (Gazeta do Norte, n. 1525, 7 de setembro de 1944, p. 4). O jornal Gazeta do Norte elogiou o empreendimento executado



Importa observar, ainda, que o Cine Ipiranga foi inaugurado em 15 de agosto de 1944; comportava mais de 500 espectadores e exibiu, na sua estreia, complementos e jornais de atualidades e o longa “Desfile triunfal” (GAZETA DO NORTE, n. 1525, 7 de setembro de 1944, p. 4). O jornal Gazeta do Norte elogiou o empreendimento executado pela firma Viúva Paculdino & Filhos, demarcando a sua necessidade, visto que a cidade era “moderna e grande”. Afirmou, também, que o Cine Ipiranga se destinava “especialmente para o operariado” montes-clarense, sendo que, no dia da inauguração, o salão de projeções estava repleto, e os espectadores foram unânimes em seus elogios e no reconhecimento de que o cinema representava um “grande melhoramento” para a cidade (GAZETA DO NORTE, n. 1520, 20 de agosto de 1944, p. 1).

Ademais é significativo, entretanto, o fato de que não haja relatos publicados sobre o Cine Ipiranga. O Sr. Osmar Luís Santos asseverou, em entrevista, que começou a trabalhar nesse cinema aos oito anos de idade, durante o ano de 1952, na qualidade de auxiliar técnico-operador do Cine Ipiranga. O público que o frequentava, de acordo com o seu relato, era o “povo simples”; “dava movimento, o preço do ingresso era mais baixo”⁸, assegurou o técnico-operador. A Senhora Maria Ierenice Sindeaux Ribeiro, por sua vez, começou a trabalhar na bilheteria do Cine Ipiranga no início dos anos 1960 e relatou que o cinema era frequentado pelo:

[...] pessoal que trabalhava na Central do Brasil, aqueles funcionários da Central do Brasil frequentavam bastante, era assíduo lá. Tinha uma casa suspeita ali na rua São Paulo, as mulheres frequentavam muito, as raparigas. Entendeu como é que é? O Cine Ipiranga tá aqui e a rua era aqui. A vida noturna era aqui [próxima do cinema]. Essas mulheres frequentavam constantemente. Toda noite tinha muitas delas lá. Não tinham outro lugar para elas irem, né? (Maria Ierenice Sindeaux Ribeiro em 7 jan. 2009).

Além de prostitutas e funcionários da Central do Brasil que frequentavam o Cine Ipiranga, a bilheteira do cinema citou, ainda, o grupo constituído por caminhoneiros, policiais, fiscais da prefeitura e das distribuidoras dos filmes, além de carregadores de caminhão. De fato, próximo ao Cine Ipiranga, foram construídas diversas moradias – alojamentos –

pela firma Viúva Paculdino & Filhos, demarcando a sua necessidade, visto que a cidade era “moderna e grande”. Afirmou, também, que o Cine Ipiranga se destinava “especialmente para o operariado” montes-clarense, sendo que, no dia da inauguração, o salão de projeções estava repleto, e os espectadores foram unânimes em seus elogios e no reconhecimento de que o cinema representava um “grande melhoramento” para a cidade (GAZETA DO NORTE, n. 1520, 20 de agosto de 1944, p. 1).

⁸ Entrevista realizada com o Senhor Osmar Luís Santos em 5 mai. 2009.



destinadas aos operários da Central do Brasil. A região em torno do Cine Ipiranga, mais conhecida, após a inauguração da estação férrea, como o “pátio da estação”, teve, e ainda tem, em suas cercanias, o funcionamento do Ferroviário Futebol Clube, iniciativa dos funcionários da Central do Brasil⁹.

Nas diversas ruas abertas após a construção da estação ferroviária, em 1926, e próximo ao Cine Ipiranga, foram erguidas moradias baratas, que foram sendo aproveitadas como lupanares, bares e boates ao longo dos anos 1940 e 1950. Os relatos dos escritores locais indicavam que, nas primeiras décadas do século XX, a zona de meretrício da cidade localiza-se na região central, atrás da Igreja da Matriz (PAULA, 2007, p. 50; ANJOS, 1979, p. 138). A partir das novas ruas que se despontaram em detrimento do ramal férreo, a zona boêmia transferiu-se para os arredores da Catedral, também no centro.

No início dos anos 1950, houve uma pressão de parte das autoridades religiosas para que a zona boêmia fosse transferida (VIEIRA, 2009). Os baixos preços dos imóveis e dos aluguéis; a desenvolvida circulação de pessoas; o frutuoso comércio que se verificou nas proximidades da estação ferroviária conjuntamente à inauguração da nova rodoviária nos anos sessenta; o prestígio exercido pelos diferentes segmentos para que houvesse a transferência da zona boêmia do centro, configuraram-se como os motivos que favoreceram a permanência da zona de meretrício no bairro Morrinho, o que se tornou um problema para cuja solução as autoridades municipais debateram¹⁰.

O desejo da firma Viúva Paculdino & Filhos estabelecia que os moradores da zona sul da cidade, sobretudo do bairro Morrinho, não afluíssem aos cinemas centrais e, para tal fim, o Cine Ipiranga deveria se tornar um cinema popular. O exame da configuração do bairro nas imediações do cinema mostra que o público dessa sala de diversões era constituído pelo “povo simples”, na acepção do Sr. Osmar Luís Santos, pelos funcionários da Central do Brasil, pelas “mulheres livres”, de acordo com os jornais, que habitavam o bairro, dentre

⁹ Confira a crônica do jornalista Felipe Gabrich, (JORNAL DE NOTÍCIAS, n. 54441, 29-30 de março de 2009, p. 2). Com o registro acerca da região que compreendia o “pátio da estação” entre os anos 1950 e 1960.

¹⁰ Confira cinco notícias publicadas no jornal Diário de Montes Claros a respeito: das precárias condições da rua Mello Vianna; a zona boêmia na região do Morrinho; a proposta de urbanização do bairro a ser executada pela Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos (AREA); o meretrício na zona sul; e o cadastro das “mulheres livres”; n^{os}: 619, ano V, 07 de agosto de 1966, p. 1 e 10; 713, ano V, 4 de abril de 1967, p. 1; 839, ano VI, 30 de janeiro de 1968; 852, ano VI, 03 de março de 1968, p. 8; 854, ano VI, 07 de março de 1968, p. 6.



outros estratos sociais. A inauguração do Cine Cel. Ribeiro, em 1944, indica, por outro lado, que esta sala de diversões pretendia atingir outros agrupamentos urbanos. O seu proprietário era o Cel. Philomeno Ribeiro, e a sua incursão pelo ramo da exibição em Montes Claros constitui uma particularidade que será examinada a seguir.

Coronelismo e Cinema

Diferentemente do Cine Ipiranga, cujo nome e público haviam sido previamente definidos, e que se destinava a ser um cinema popular ou de arrabalde, o nome do Cine Teatro Coronel Ribeiro foi escolhido mediante concurso realizado pela ZYD7 Rádio Sociedade Norte de Minas. Tendo em vista uma melhor ordem na exposição, o público ao qual se designava o Cine Cel. Ribeiro será examinado mais adiante. A imprensa escrita, no período, perdia a primazia na condução do processo de escolha do nome do cinema em detrimento de outro veículo de difusão das informações recentemente instalado na cidade, o rádio.

A praça Cel. Ribeiro (antiga praça São Sebastião), local na qual foi edificado o Cine Teatro Coronel Ribeiro, tinha uma conotação especial para os moradores da cidade. Era no seu entorno que as autoridades políticas e religiosas em visita à cidade recebiam as boas-vindas dos cidadãos e os calorosos abraços de despedida. Estava prevista a construção de uma igreja, para São Sebastião, na praça Cel. Ribeiro. A praça foi improvisada pelas crianças como campo de futebol antes do surgimento do Cine Coronel Ribeiro (VIANNA, 2007, p. 184-185). Em 1919, a praça São Sebastião recebeu a alcunha de praça Coronel Ribeiro, em homenagem ao industrial coronel Francisco Ribeiro, político responsável por introduzir na cidade o benefício da luz elétrica em 1917.

Diante do exposto, o que se pretende focar sobre a praça Coronel Ribeiro, local designado para a edificação do cinema, é que este espaço não foi escolhido ao acaso. Seus organizadores aproveitaram-se do princípio simbólico de que a praça se revestia para os moradores e conferido devido à homenagem ao industrial Francisco Ribeiro, e edificaram o Cine Coronel Ribeiro, que deveria ser o novo lugar de lazer da cidade.

Se o Cine Ipiranga representou um “grande melhoramento”, de acordo com o periódico *Gazeta do Norte*, as expressões atribuídas por este jornal, ao surgimento do Cine Teatro Coronel Ribeiro, notabilizaram-se pela grandiloquência das palavras. Esse cinema era visto como um empreendimento “majestoso”, uma casa de diversões “moderna e



confortável”, detentora de um “moderníssimo” aparelhamento e sistema de luz e sonoro (GAZETA DO NORTE, n. 1527, 14 de setembro de 1944, p. 1; n. 1549, 30 de novembro de 1944, p. 1).

A gerência do cinema coube ao senhor Mario Machado Lunardi. A construção do “magnífico cinema”, conforme atribuição do jornal Gazeta, esteve sob o encargo “moral e econômico” do coronel Philomeno Ribeiro. A magnitude do empreendimento em números chamou a atenção do jornal. O custo total da obra e das instalações foi de “Um Milhão de Cruzeiros”; a largura do cinema compreendia 21 metros com capacidade para 1.200 espectadores (GAZETA DO NORTE, n. 1549, 30 de novembro de 1944, p. 1)¹¹.

O Cine Teatro Cel. Ribeiro foi inaugurado em 05 de dezembro de 1944 e exibiu uma película da Universal, “Epopéia da alegria” (GAZETA DO NORTE, n. 1550, 08 de dezembro de 1944, p. 1). O senhor Mario Machado Lunardi, sócio-proprietário do cinema, encarregou-se de fazer um discurso que foi lido durante as festividades do evento inaugural e integralmente publicado no Gazeta do Norte. A publicação do discurso nas páginas do jornal demonstra o profundo apreço que determinado segmento cultural devotara ao cinema. Traços daquele que seria o público dessa sala exibidora estão expressos no início da fala do gerente: o cinema destinava-se ao uso da “fina e nobre sociedade montes-clarense” (GAZETA DO NORTE, n. 1553, 14 de dezembro de 1944, p. 1).

Dois anos após a inauguração do Cine Cel. Ribeiro, o jornal Gazeta do Norte publicou a “alocução” do sócio-gerente do cinema e nada foi anunciado sobre o Cine Ipiranga, que também completava dois anos de aniversário. No discurso do segundo aniversário do Cine Cel. Ribeiro, temos um maior detalhamento acerca do público que o frequentava. O cinema era destinado ao segmento genérico intitulado de o “povo da cidade”, do “viajante vindo a este centro, em intercâmbio comercial”; também o era do “visitante que vem em viagem de recreio”, e da “mocidade” e da “infância” (GAZETA DO NORTE, n. 1776, 25 de dezembro de 1946, p. 1-2). Não se observou a referência a operários ou

¹¹ O cinema teria um “bar” e sala de espera. O Cine Coronel Ribeiro era uma obra detentora também de um palco com “proporções regulares” e com dois palcos laterais “de modo a se poder representar as modernas peças com “plateaux” simultâneos”, assegurara entusiasticamente o Gazeta do Norte.



proletários nos discursos de aniversário do Cel. Ribeiro, pois para este grupo já havia o Cine Ipiranga.

Sobressai-se no pronunciamento do sócio-gerente Mario Machado Lunardi, no dia da inauguração do Coronel Ribeiro, o papel que se atribuiu ao coronel Philomeno Ribeiro no empreendimento de construção do cinema e que representava sua atuação política na cidade. O gesto do coronel Philomeno Ribeiro, em financiar a construção do Cine Coronel, foi ressaltado como um “preito de justiça e de gratidão”. Sua figura, exaltada como “altamente progressista”. Mario Lunardi assegurou, extasiado, que a personalidade moral do político e exibidor coronel Philomeno Ribeiro e os “feitos beneméritos” que realizou na cidade, o cinema foi apenas um deles, “seria obra de uma monografia”.

O papel do coronel Philomeno Ribeiro, na edificação do Cine Coronel, foi reiterado como fundamental; o seu apoio “moral e material” constituíram, de acordo com Mario Lunardi, fazendo jus a uma metáfora, a “pedra angular, a alma potente” da construção do cinema que se afigurava – e mais uma vez a representação de progresso foi operacionalizada no plano do discurso – como “um índice a mais na civilização e progresso de Montes Claros”. O sócio-gerente do cinema concluiu o seu discurso, exaltando o coronel Philomeno Ribeiro dos Santos como o “maior bemfeitor contemporâneo de Montes Claros” (GAZETA DO NORTE, n. 1553, 14 de dezembro de 1944, p. 1).

Assim assinaladas determinadas características do discurso do sócio-gerente, cabe indagar: o que teria motivado o coronel Philomeno Ribeiro a se enveredar pelo ramo da exibição? O teor do discurso de Mario Machado Lunardi sugere traços da política coronelística perpetrada pelas lideranças da cidade? São essas indagações que nos propomos responder e que orientam nossa exposição.

Na sua juventude, o Coronel Philomeno Ribeiro teve os seus negócios relacionados com os jogos de azar e casas noturnas (NASCIMENTO, 2001, p. 33). No início dos anos 1920, chegou a apadrinhar o salão de bilhar recém-inaugurado da casa de diversões “Ponto Chic”, no centro da cidade de Montes Claros (GAZETA DO NORTE, n. 130, 01 de janeiro de 1921, p. 01). O cinema não parece ter sido um negócio estranho à sua família – o seu irmão, Francisco Ribeiro, possuiu uma sala de espetáculos em 1918, o Cinema Recreio – ou aos seus inumeráveis afazeres.



Causas mais diretas e menos aparentes parecem ter norteado a entrada do coronel Philomeno Ribeiro no ramo exibidor. Tornou-se evidente que havia um maior fluxo regular de películas na cidade nos anos 1940, decorrente da inauguração da estrada de ferro a partir de 1926. Na década de 1910, sobretudo durante a atuação do irmão do coronel Philomeno, o industrial Francisco Ribeiro, à frente do Cinema Recreio (1918), e também de outros exibidores, como Joaquim Rabelo Junior (Cocó), proprietário do Ideal Cinema (1917), o fluxo regular de filmes esteve à mercê de contratemplos, tais como: a qualidade dos filmes exibidos e o seu transporte; a irregularidade da distribuição dos filmes impressos em decorrência da alta do câmbio provocada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)¹².

No final dos anos 1930 e meados dos anos 1940, procederam-se a determinadas reformas nos cinemas da cidade, e houve um visível acréscimo do número de poltronas nas salas de projeção, fato esse provocado pela maior popularização do hábito de frequentar o cinema pelos montes-clarenses, conjugado ao preço dos ingressos, considerados baixos e atrativos, se comparados com o salário mínimo no início dos anos 1940¹³. Por fim, a construção do Cine Cel. Ribeiro vinha ao encontro de um anseio de um determinado segmento, que tornou público, por meio das páginas do jornal Gazeta do Norte, o seu desejo pela construção de uma casa de diversões ampla e confortável no centro da cidade.

A fortuna do Coronel Philomeno Ribeiro, a sua liderança frente à direção política do município e a iniciativa para os negócios promissores constituíram outros fatores motivadores de sua atuação no ramo da exibição de filmes na cidade. O Coronel Philomeno Ribeiro soube capitanear a fortuna que lhe coube administrar fosse dos seus sobrinhos menores de idade ou proveniente das propriedades da família, e a reverteu no aumento de sua fortuna pessoal e na influência exercida sobre inúmeros indivíduos ao longo de 30 anos de atuação política na cidade. Em 1924, por exemplo, organizou a firma Ribeiro & Spier, que ficou encarregada de

¹² Para se ter uma ideia da distribuição dos filmes na cidade, atente-se para o fato de que a filial da distribuidora norte-americana Fox Film Co. foi instalada no Brasil em 1915, sendo que a primeira “sessão Fox” exibida em Montes Claros deu-se em 1922 no Cine-Theatro Renascença. (SOUZA, 2004, p. 96-97; CARVALHO, 2009, p. 30-31).

¹³ A popularização do hábito de frequentar o cinema esteve impossibilitada, dentre outros motivos, na década de 1920, e boa parte de 1930, devido ao contrato de exclusividade de exploração do ramo cinematográfico e teatral estabelecido entre os proprietários do Cine-Theatro Renascença, em 1922, com a prefeitura, e renovado em 1926 pelos novos proprietários deste cinema. Esse contrato foi mantido, posteriormente, pela prefeitura com a firma Viúva Paculdino & Filhos à frente do Cine-Theatro Montes Claros e vigorou até os anos finais da década de 1930, ocasião em que foi inaugurado o Cine MetrÓpole.



concluir o trecho de cinco a seis quilômetros de estrada de ferro entre Bocaiuva e Montes Claros (NASCIMENTO, 2001, p. 35-36). O contingente de trabalhadores envolvidos na construção deste empreendimento foi expressivo.

A favor do Coronel Philomeno Ribeiro estava, além da concessão do trecho destinado a ele pelo governo federal, a exploração de um armazém para o fornecimento de gêneros alimentícios aos operários. Outro fator motivador da atuação do Coronel Philomeno Ribeiro, no ramo da exibição, deve-se ao fato de que o cinema era um melhoramento realizado pelo coronel na cidade e ressaltado no pronunciamento do sócio-gerente do Cine Coronel Ribeiro.

Nesse contexto, de acordo com Vitor Nunes Leal, não se deve imputar aos coronéis uma falta de espírito público ou um certo “desvelo pelo progresso” de parte deles em relação aos municípios onde moravam. Ao contrário, é “ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar”. Vários foram as benfeitorias introduzidas no município graças à atuação da figura do coronel, e todas elas, de acordo com Leal, tinham por objetivo a construção ou conservação da posição de liderança do coronel na localidade onde vive:

[...] A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de *foot-ball*, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada -, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 1975, p. 37).

Tendo presente os exemplos de benfeitorias introduzidas pelos coronéis, importa citar que o discurso de Mario Machado Lunardi reitera a figura do Cel. Philomeno Ribeiro como o “maior bemfeitor contemporâneo” da cidade. O sentido que confere à construção do cinema (“índice a mais na civilização e progresso de Montes Claros”) se ajusta à atribuição dada pelos diferentes segmentos sociais à instalação dos equipamentos urbanos. Ou, dito de outra forma, transparece, nos discursos dos jornais, que o cinema era tão ou mais importante para a vida social da cidade quanto foi a energia elétrica, ou a água encanada. O cinema era um melhoramento, ou seja, fazia parte de uma prática na qual o Cel. Philomeno Ribeiro se



apoiou, tendo em vista construir ou conservar a sua liderança na cidade, e era algo mais, uma indústria, um investimento, um campo aberto para o ganho¹⁴.

Nesse contexto, a classificação estabelecida por Evelina Antunes F. de Oliveira para se referir à divisão dos grupos e facções políticas em Montes Claros, permite-nos, também, entender a atuação do Coronel Philomeno Ribeiro no setor da exibição. A autora divide os grupos/facções na cidade entre “liberais” ou “partido de cima”, cujos membros eram mais favoráveis à indústria; e os “conservadores” ou “partido de baixo”, que estariam mais ligados aos tradicionais criadores e comerciantes de gado. Evelina Antunes F. de Oliveira alerta para o fato de que esta classificação só pode ser feita “em termos de tendência”, ou seja, em ambos os grupos são encontradas famílias ligadas às mesmas atividades (OLIVEIRA, 2000, p. 41).

A família Ribeiro esteve ligada ao “partido de cima”; o Coronel Francisco Ribeiro era um rico industrial, cujo negócio principal era o setor do algodão, o seu beneficiamento e a fabricação de tecidos. Não seria demasiado enfatizar que o cinema não constituiu algo estranho aos negócios da família Ribeiro ou ao Cel. Philomeno Ribeiro. O cinema era uma indústria lucrativa e contribuiu para reafirmar o poder que o coronel já possuía no município.

Parece acertado que a prática do Cel. Philomeno demonstra, ainda, que a sua atuação no ramo da exibição era uma maneira de adaptação ou de integração da elite em diversos setores econômicos que despontaram na cidade em virtude das transformações urbanas operadas, sobretudo, pela crescente urbanização e modernização em curso na cidade durante os anos 1930 e consolidada na década de 1950.

Ademais, em 1934, havia 5,2 moradores por lares na cidade, ao passo que, dezessete anos antes, a cifra não ultrapassava 4,4 indivíduos por lares¹⁵. Se, por um lado, esse dado

¹⁴ O exibidor brasileiro de filmes importados é aquele que também se beneficia do fato de que o produto estrangeiro que comercializa chega ao mercado nacional testado em seus países de origem. A publicidade do filme estrangeiro já vem formulada; o público e as salas às quais se destinam o produto fílmico foram previamente testados. O resultado é um “exibidor letárgico”, que não participa dos riscos da produção, conforme assinala Jean-Claude Bernardet (1979, p. 15). Era esse o cenário como o qual o exibidor Cel. Philomeno Ribeiro se deparou na década de 1940, ao iniciar-se no ramo da exibição, e deve, também, ter motivado a sua atuação no setor da projeção de imagens.

¹⁵ Cerca de 10 anos após a instalação da energia elétrica, o “Álbum de Montes Claros”, editado com o intuito de homenagear os “Factores economicos do progresso” da cidade, afirmava que, naquela data, 600 “casas” usufruíam daquela inovação. Mediante uma projeção, percebe-se que, entre 1917 e 1934, ou seja, em 17 anos, houve um acréscimo de 1.107 novos lares na cidade, a uma razão de 118% de aumento. O total de habitantes, em 1917, era 4.193 indivíduos. O censo municipal de 1934 apresenta a cifra de 10.800 pessoas na cidade. Nesse intervalo de um pouco mais de uma década e meia, a cidade contou com 6.624 novos moradores, a uma razão de



sinaliza para um decréscimo habitacional provocado pelo crescimento demográfico, por outro, revela que, na década de 1930, se prenunciava a urbanização na cidade, já observada em finais dos anos 1920, com a abertura de novas ruas, praças, avenidas e com a inauguração de prédios públicos.

Sem cair no equívoco de que uma época supera a outra, importa registrar que a arrecadação da prefeitura de Montes Claros manifesta parte do processo de urbanização em curso no município¹⁶. Em 1927, a arrecadação municipal era mais que o triplo do valor da receita de 1918. Um dos fatores responsáveis por essa condição foi a inauguração da estrada de ferro, com o seu forte poder de atração dos investimentos que se seguiram na cidade. Nesse período, verificou-se a instalação de duas agências bancárias em 1926 e duas outras inauguradas no ano seguinte, além da abertura de casas comerciais e armazéns. A receita da prefeitura em 1937 era quase cinco vezes o valor arrecadado em 1927. Nota-se que, nessa década, a cidade contou com uma diversificação das funções e ocupações advinda, principalmente, do comércio. Não se observou a expansão da rede ferroviária na direção da cidade de Monte Azul, mais ao Norte de Minas, e, por quase duas décadas, a cidade centralizou os investimentos e as oportunidades de negócios, sendo “a ponta dos trilhos” da estrada de ferro até 1945.

Ademais, o levantamento a respeito dos indicadores de comércio, indústria e serviços em Montes Claros e Minas Gerais, entre 1940 e 1980, estabelecido por Evelina Antunes F. de Oliveira, aponta que, entre 1940 e 1960, foi o comércio que dinamizou a economia local. Proporcionalmente, o número de empregos nas indústrias da cidade cresceu numa intensidade análoga ao que aconteceu no Estado: “e não se pode perder de vista”, acentua Oliveira, “que o

158% de aumento. Ainda que os dados sejam precários, é possível afirmar que, em 1917, havia 4,4 moradores por lares na cidade. Ao passo que, 17 anos mais tarde, havia na cidade 5,2 moradores por lares. A diferença pode ser pequena, mas já sinaliza para um decréscimo habitacional e para o restrito acesso aos equipamentos urbanos, como a luz elétrica, visto que o índice de ampliação das moradias não acompanhou o de crescimento populacional, questão agravada pelo fato de que, a partir dos anos 1930, a Usina Elétrica do Cedro não respondia mais pela demanda de energia existente na cidade (VIANNA, 2007, p. 85); APMC. 41.01.06/000.001. Recenseamento da área urbana e suburbana da cidade de Montes Claros em maio de 1934. [Administração Pública de Montes Claros- Base de Dados do DPDOR-UNIMONTES]. Acervo digitalizado do Arquivo da Câmara Municipal de Montes Claros. O documento apresenta páginas danificadas sendo que algumas delas estão numeradas. É provável que os números apresentados acima sejam maiores.

¹⁶ A arrecadação da prefeitura entre os finais do século XIX e os anos 1960 pode ser encontrada em Vianna (2007).



diferencial tecnológico varia muito em função do tipo de indústria instalada. E os setores têxtil e de alimentos são o que prevalecem em toda a região do Norte de Minas” (OLIVEIRA, 2000, p. 56).

De acordo com a autora, os “traços modernos” observados na cidade, entre 1940 e 1960, “dizem respeito ao crescimento dos setores de comércio e serviços indicando a ampliação do espaço urbano e o incremento do aparo institucional”. Essa mudança no cenário urbano do município possibilitou “rotinas mais aprimoradas ao processo de crescimento das burocracias públicas e privadas” (OLIVEIRA, 2000, p. 55)¹⁷.

Diante do exposto, indaga-se: o que significam tais transformações no cenário urbano do município? Em primeiro lugar, de acordo com o estudo de Evelina Antunes Oliveira, uma crescente urbanização, que implica maior diferenciação social, e o rompimento do binômio proprietário de terras/trabalhador rural, que polarizou a organização social, até então, no município: “Esta diferenciação”, demonstra Oliveira, “provoca novas formas de organização de interesses, principalmente em relação à elite, mas que também emergem de outros segmentos sociais” (OLIVEIRA, 2000, p. 49). Além do mais, foram as transformações operadas no cenário urbano de Montes Claros, portanto, e as novas formas de organização de interesses da sua elite que sinalizam para um melhor entendimento da participação do Cel. Philomeno Ribeiro no ramo da exibição.

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, quando surgiram os primeiros serviços de importância no cenário urbano ou fora dele (estradas de ferro, bancos, e mesmo indústrias), além do capital estrangeiro e, na maioria das vezes, competindo com ele, surgiram no mercado brasileiro as ricas parentelas, que se “integraram assim no desenvolvimento urbano e industrial do país”. Maria Isaura Queiroz nota, ainda, que os coronéis se mantiveram nas camadas superiores da estrutura socioeconômica e política do país, dominando diferentes

¹⁷ Os indicadores estabelecidos por Evelina Antunes Oliveira indicam, por fim, que foi nos anos 1950 que se percebeu a grande modificação do cenário urbano da cidade. Observa a autora que foi naquela década que a população urbana alcançou a cifra de 19% de aumento, ao passo que o número de habitantes na área rural, no mesmo período, atingiu 26%. Mesmo com esta diferença expressiva, nota-se, nessa época, o acréscimo do número de estabelecimentos no setor de serviços, em torno de 54%, seguido de 40% a mais de casas comerciais e de 41% de indústrias. “Entretanto”, ratifica a autora, “para o pessoal ocupado nestes três setores, o comércio continua sendo o que mais absorve mão de obra (39,5%), enquanto a indústria ocupa 31% e o setor de serviços, 29,5% (IBGE)” (OLIVEIRA, 2000, p. 49).



setores da economia numa clara demonstração de continuidade de mando, que ainda persiste em determinados lugares:

[...] Dominando em parte a grande indústria, o grande comércio, as grandes organizações de serviços públicos ou privados; com membros seus exercendo as profissões liberais, os coronéis e seus parentes, possuidores além do mais de grandes propriedades rurais, se mantiveram nas camadas superiores da estrutura socioeconômica e política do país, numa continuidade de mando que persiste, em alguns casos, até os nossos dias (QUEIROZ, 1976, p. 185).

É em vista da “continuidade de mando”, por fim, que se justifica a participação do coronel Philomeno no setor cinematográfico da cidade, pois, no novo espaço urbano, pautado pela crescente urbanização que se prenunciava na cidade nos anos 1930, e que se ampliava e se consolidava nos anos 1950 e 1960, a elite política se adaptou e se integrou à nova realidade numa clara demonstração de força e renovação¹⁸.

Considerações Finais

Observou-se, que, pela intermediação do cinema e das inaugurações das salas, concomitantemente às reformas e as instalações de aparelhos modernos de projeção, a representação de progresso em Montes Claros se operacionalizou e tornou-se ativa. Ou, dito de outra forma, o cinema contribuiu – mas não exclusivamente – para materializar a representação de progresso movimentada pelos diferentes atores políticos e/ou culturais da cidade. Nesse sentido, o cinema, mediante os discursos dos jornais, estabeleceu um índice daquilo que era “moderno”, “civilizado”, “progresso”, e constituiu um veio de identificação para avaliar a cidade como uma “metrópole do norte”, “metrópole nordestina”, “sociedade culta”.

Contudo, ocorria, diante dessa representação, que a imagem construída em torno dela se fragmentou em face, por exemplo, de um comportamento considerado inadequado dentro

¹⁸ A arrecadação da prefeitura de Montes Claros, em 1944, permite conjecturar que, além de ser um empreendimento “majestoso”, o Cine Coronel Ribeiro foi bastante dispendioso – “Um Milhão de Cruzeiros”, conforme atribuição do *Gazeta do Norte* – se comparado, por exemplo, com a receita anual da prefeitura no mesmo período, que totaliza a cifra de Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros). O poder econômico, a consecução dos melhoramentos urbanos com o objetivo de conservar a liderança, a neutralização das resistências dos opositores, e a continuidade do mando político na cidade fizeram parte da estrutura coronelística na qual o Cel. Philomeno Ribeiro teve um importante papel. Alguns desses traços coronelísticos motivaram a construção do Cine Coronel Ribeiro e não soaria estranho o pronunciamento do sócio-gerente Mario Machado Lunardi, no dia da inauguração do Coronel Ribeiro, ao reconhecer, veladamente, os sinais dessa política, pelos quais o prestígio pessoal do Cel. Philomeno Ribeiro se impôs ao ser aclamado como “o maior bemfeitor contemporâneo de Montes Claros”.



das salas ou mesmo das condições deterioradas dos prédios do cinema, que não condiziam com a imagem construída ou, por fim, fracionou-se em virtude de espectadores inusitados que irromperam no interior das salas de cinema, como operários, ajudantes de caminhões, “mulheres livres”, dentre outros estratos sociais, que trilhavam o caminho da modernidade na cidade.

À vista desse fato, verificou-se que as salas de espetáculos inauguradas após 1944, como, por exemplo, o Cine Ipiranga, não convieram a determinados colaboradores do jornal Gazeta do Norte como espaço de identificação e de distinção. O caminho foi assinalado. As salas deveriam configurar o ritmo do progresso econômico da cidade, porém novos atores sociais, imprevistos, “maltrapilhos”, “sujos de óleo”, irromperam dentro delas, denotando que requeriam assistir às fitas de cinemas até o fim do espetáculo, não se importando com a sala exibidora adequada ou não para eles.

Uma particularidade das salas foi notada, principalmente em relação ao Cine Coronel Ribeiro (1944), de propriedade do Coronel Philomeno Ribeiro. A sala exibidora por ele inaugurada veio ao encontro de determinado anseio de alguns colaboradores do jornal Gazeta do Norte, qual seja: a construção de um cinema no centro da cidade. Este fato contribuiu para que a representação de progresso, que teve o cinema como o seu foco, fosse manejada pelos atores sociais.

Cabe frisar, ainda, alguns traços coronelísticos que motivaram a construção do Cine Coronel Ribeiro. Assim, o poder econômico, a consecução dos melhoramentos urbanos com o objetivo de conservar a liderança, a neutralização das resistências dos opositores, e a continuidade do mando político na cidade fizeram parte da estrutura coronelística, na qual o Cel. Philomeno Ribeiro teve um importante papel, e este fato incentivou a fundação do Cine Coronel, aliado a que o cinema era uma indústria lucrativa, e a exibição de filmes, no Brasil, oferecia grandes oportunidades aos exibidores de fitas importadas naquele período.

Referências

ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro**: propostas para uma história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



BOTELHO, Tarcísio R.; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de Andrade. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARVALHO, Jailson Dias. **Filmografia da exibição cinematográfica em Montes Claros: registros de filmes nacionais em salas de cinema**. Montes Claros: Unimontes, 2009.

CARVALHO, Jailson Dias. **Lazer, cinema e modernidade: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG) - 1900-1940**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991.

GABRICH, Felipe. Apito do trem. **Jornal de Notícias**. Montes Claros, ano XIX, n. 54441, 29-30 mar. 2009.

GATTI, André. Distribuição. In: RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe. (Orgs.). **Enciclopédia do cinema brasileiro**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

Gazeta do Norte, n. 1115, 26 de setembro de 1948.

Gazeta do Norte, n. 130, 01 de janeiro de 1921.

Gazeta do Norte, n. 1413, 29 de agosto de 1943.

Gazeta do Norte, n. 1414, 02 de setembro de 1943.

Gazeta do Norte, n. 1415, 05 de setembro de 1943.

Gazeta do Norte, n. 1520, 20 de agosto de 1944.

Gazeta do Norte, n. 1525, 07 de setembro de 1944.

Gazeta do Norte, n. 1527, 14 de setembro de 1944.

Gazeta do Norte, n. 1549, 30 de novembro de 1944.

Gazeta do Norte, n. 1550, .8 de dezembro de 1944.

Gazeta do Norte, n. 1553, 14 de dezembro de 1944.

Gazeta do Norte, n. 1776, 25 de dezembro de 1946.

Gazeta do Norte, n. 2254, .1 de janeiro de 1955.

Gazeta do Norte, n. 2266, 27 de fevereiro de 1955.

Gazeta do Norte, n. 83, 7 de fevereiro de 1920.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **As faces do legislativo: 1947-1997**. Montes Claros: Sociedade Editorial Arapuim, 1997.



LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (1949)**. 2.. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1993.

Montes Claros, n. 43, 08 de março de 1919, p. 03

NASCIMENTO, Kleber Dias do. **Sombras do passado: uma história como tantas outras, sem retoques, nas palavras simples da verdade**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001.

OLIVEIRA, Evelina Antunes. **Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000.

PAULA, Hermes Augusto de. **Montes Claros sua história sua gente seus costumes**. Montes Claros: Unimontes, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano**. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

REYES, Hugo Leal Netto dos. **Álbum de Montes Claros**. Montes Claros: Hugo Leal Netto dos Reyes, 1927.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Imagens do passado: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema**. São Paulo: Editora SENAC, 2004

VIANNA, Nelson. **Efemérides montesclarenses**. Montes Claros: Unimontes, 2007.

VIANNA, Urbino de Sousa. **Monografia do município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

VIEIRA, Augusto. **JK, o bispo, os vereadores e a zona**. Disponível em: <<http://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Augusto%20Vieira>>. Acesso em: 9 dez. 2009.